

de Agente de Segurança Socioeducativo em caso de necessidade de serviço e de interesse público e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado, conforme o disposto no art. 63 da Lei Complementar nº 675, de 3 de junho de 2016, e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SAP 16504/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional, a convocação de detentores dos cargos de Agente Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo, que atuam no exercício direto de atividades de vigilância interna e externa nas unidades prisionais, socioeducativas ou operacionais de que trata o *caput* do art. 63 da Lei Complementar nº 675, de 3 de junho de 2016.

§ 1º A convocação de que trata o *caput* deste artigo:

I – fica limitada à realização de até 5 (cinco) escalas de plantão por mês, em caso de necessidade de serviço e de interesse público, observada a legislação em vigor;

II – tem como objetivo prestar apoio finalístico às unidades prisionais, unidades de atendimento socioeducativas ou unidades operacionais, no âmbito do Estado; e

III – fica autorizada pelo prazo de até 12 (doze) meses, a contar de 6 de setembro de 2020.

§ 2º A autoridade competente deverá justificar a necessidade de serviço, observado o interesse público, bem como homologar a convocação nos termos da legislação em vigor.

§ 3º O número de convocados não poderá exceder o total de 304 (trezentos e quatro) servidores escalados por dia de plantão, observado o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Complementar nº 675, de 2016.

§ 4º Fica permitido o remanejamento de postos diários de plantão a cada mês, conforme a necessidade de serviço nas unidades prisionais e socioeducativas, mediante justificativa e autorização do Departamento de Administração Prisional (DEAP) ou Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE).

Art. 2º O servidor convocado perceberá como retribuição pecuniária, por escala de plantão de 10 (dez) horas por dia e pelo efetivo cumprimento de jornada por serviço de natureza especial realizado, no local e na forma distribuída pela autoridade competente, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), observada a legislação em vigor e o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Fica vedada a incidência de qualquer vantagem pecuniária, adicional ou indenizatória sobre o valor percebido pelo efetivo cumprimento de jornada por serviço de natureza especial de que trata o *caput* deste artigo, salvo as decorrentes a título de indenização das despesas com alimentação, estada e deslocamento, previstas no art. 102 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 402, de 18 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 8 de setembro de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Juliano Batalha Chiodelli
Leandro Antônio Soares Lima

Cod. Mat.: 689862

Gabinete do Governador

Procuradoria-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 062/20 08.09.2020
Regulamenta o critério de distribuição de intimações de audiências judiciais entre os Procuradores do Estado e estabelece outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 7º, inciso I, e 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, RESOLVE:

Art. 1º As intimações referentes a audiências judiciais serão distribuídas ao Procurador do Estado vinculado ao respectivo processo judicial no Sistema Informatizado de Processos.

§ 1º Nas áreas de atuação especializadas ou grupos de distribuição em que não houver Procurador do Estado vinculado a processos específicos, as intimações a que se refere o *caput* serão livremente distribuídas dentre os seus integrantes.

§ 2º O Procurador do Estado vinculado ao processo judicial poderá solicitar à Chefia respectiva redistribuição da pendência a outro Procurador nas seguintes hipóteses:

I - quando houver incompatibilidade de horários entre duas ou mais audiências designadas para a mesma data;

II - quando, após requerimento motivado deferido pela respectiva Chefia, houver necessidade de acompanhamento ou preparação especial para o comparecimento ao ato processual.

§ 3º É responsabilidade do Procurador do Estado vinculado ao processo a análise da necessidade, ou não, de participação na audiência, devendo encerrar a pendência motivadamente quando concluir pela sua desnecessidade.

§ 4º Quando houver redistribuição da pendência nas hipóteses do §2º deste artigo, as providências judiciais seguintes à audiência serão de responsabilidade do Procurador do Estado vinculado.

Art. 2º Não haverá redistribuição de pendências recebidas até a entrada em vigor desta Portaria, salvo autorização específica do Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA
Procurador-Geral do Estado

Cod. Mat.: 689856

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Extrato de Notificação de Imposição de Penalidade de multa à empresa Softplan Planejamento e Sistemas Ltda., CNPJ 82.845.322/001-04, em razão de descumprimento do objeto do Contrato nº 011/2015. **DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL:** Inexecução parcial do contrato no que tange a prestação de serviço de suporte técnico remoto e manutenção corretiva, descrito no Termo de Referência, Item 3. Suporte Técnico Remoto e Manutenção Corretiva. **PENALIDADE:** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o total da fatura de serviços de suporte técnico remoto e manutenção corretiva, como prevê o item 12.3.2 do Contrato nº 11/2015-PGE, para todos os processos

descritos às fls. 3/6 do processo PGE 4682/2019, somados àqueles referidos no processo PGE 4124/2019. **PROCESSO:** PGE 4682/2019. Florianópolis, 04 de setembro de 2020.

Rodrigo Roth Castellano
Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos
Cod. Mat.: 689667

Gabinete da Chefia do Executivo

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina

DETRAN-SC

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de acordo com o que consta na Listagem de Eliminação de Documentos e respectivo Edital de Ciência de Eliminação de Documentos: Ciretran de Urussanga/DP de Cocal do Sul 001/2020, publicado no Diário Oficial nº 21.270 em 18/05/2020 e aprovado pela Gerência de Gestão Documental conforme processo SGPe PCSC 24051/2020, procedeu à eliminação de 46,08 metros lineares de documentos relativos aos conjuntos documentais discriminados na Listagem de Eliminação de Documentos e Edital de Ciência de Eliminação de Documentos: Ciretran de Urussanga/DP de Cocal do Sul 001/2020, publicado no Diário Oficial nº 21.270 em 18/05/2020, integrantes do acervo da DP de Cocal do Sul/Ciretran de Urussanga/DETRAN-SC, do período de 1997 a 2014.

Florianópolis, 04 de Setembro de 2020.

Tatiana Justina Rossi
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
Cod. Mat.: 689588

Secretarias de Estado

Administração

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA nº 401/2020
CONCEDER EXONERAÇÃO, de acordo com o art. 169, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SAP 34655/2020, a ICARO MUL- LER SIMAO, matrícula nº 0963278-6-01, do cargo de provimento efetivo de AGENTE PENITENCIARIO, nível 05/A, lotado na SAP, a contar de 02/09/2020.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração
Cod. Mat.: 689746

Administração Prisional e Socioeducativa

PORTARIA Nº 898/GABSA/SAP, DE 03/09/2020.
O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do



Governo do Estado de Santa Catarina

Governador
Carlos Moisés da Silva

Secretário de Estado da Administração
Jorge Eduardo Tasca

Diretor de Tecnologia e Inovação
Felix Fernando da Silva

Vice-Governadora
Daniela Cristina Reinehr

Secretário Adjunto da Administração
Luiz Antonio Dacol

Gerente do Diário Oficial
Arlene Natália Cordeiro

Secretaria de Estado da Administração
Diretoria de Tecnologia e Inovação

Centro Administrativo
Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600
Saco Grande II | CEP: 88.032-000
Florianópolis | SC

CNPJ: 14.284.430/0001-97

SEA
(48) 3665-1400
www.sea.sc.gov.br

DOE
(48) 3665-6267
diariooficial@sea.sc.gov.br
www.doe.sea.sc.gov.br